



**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL
PEDRO CANARIO- ES
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**



NORMA DE PROCEDIMENTO

NORMA DE PROCEDIMENTO		SCV - NP01/2018	
ASSUNTO:	ESTABELECEM AS DIRETRIZES, NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
Versão: 01	Data da elaboração: 14/05/2018	Data de aprovação: 15/05/2018	Data de vigência: 15/05/2018
Ato aprovação: Decreto nº. 092/2018		Unidade Responsável SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
Revisada em: 14/05/2018		Revisada por: Andréia Silva Santos	
Anexos: Modelo de Plano de Trabalho; Modelo de Relatório de Execução da Receita e Despesa; Modelo de Relação de Pagamento; Modelo de Conciliação Bancária; Modelo de Recibo; Modelo de Declaração de Atendimento às Vedações Previstas no Art. 39 da Lei 13.019/2014; Modelo de Declaração de Adimplência com o Poder Público; Modelo de Declaração de Abertura de Conta Corrente Específica e Modelo de Declaração de Parentesco.			

Secretaria Municipal de Administração

Controladoria Geral Municipal

1. FINALIDADE:

Esta Instrução Normativa tem por finalidade dispor sobre as rotinas e os procedimentos de controle a serem observados na celebração, controle e prestação de contas de convênios e congêneres concedidos deste Município.

2. ABRANGÊNCIA:

Abrange todas as unidades da estrutura organizacional, especialmente a Gerência de Convênios e demais setores das administrações direta e indireta do Poder Executivo.



CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL PEDRO CANARIO- ES SISTEMA DE CONTROLE INTERNO



3. BASE LEGAL E REGULAMENTAR:

A presente Instrução Normativa integra o conjunto de ações, de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo, no sentido da implementação do Sistema de Controle Interno do Município, tendo como base legal a Lei Federal nº. 8.666/93 (Licitação e Contratos), a IN 01/97 da Secretaria do Tesouro Nacional, Lei Federal nº. 13.019/2014, Lei Federal Lei nº. 4.320/64 e outras normas congêneres.

4. CONCEITOS

I - Organização da sociedade civil (OSC):

a. entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que o aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b. as sociedades cooperativas previstas na Lei nº. 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse;

c. as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos público e de cunho social.

II – Administrador público: agente público revestido de competência para assinar termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue essa competência a terceiros.

III – Dirigente: pessoa que detenha poderes de administração, gestão ou controle da organização da sociedade civil, habilitada a assinar termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com a administração pública para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue essa competência a terceiros.



CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL PEDRO CANÁRIO- ES SISTEMA DE CONTROLE INTERNO



IV – Termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolva a transferência de recursos financeiros.

V – Termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

VI – Acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

VII – Termo Aditivo: instrumento que tenha por objetivo a modificação dos instrumentos formais de repasse já celebrados, formalizada durante sua vigência, visando à alteração de valores, prazos ou obrigações, vedada a alteração do objeto aprovado.

VIII – Prestação de contas: comprovação pelo conveniente da boa e regular aplicação dos recursos que foram repassados pelo Município de Pedro Canário/ES. Consiste em obrigação legal, conforme art. 70, Parágrafo Único da CF/88.

Abrangem todos os processos de financiamento estabelecidos pelo Município viabilizados por convênios e contratos de repasse.

5. DA COMPETÊNCIA E RESPONSABILIDADES

5.1. É de competência da Unidade Responsável:

I – promover a divulgação e implementação desta Instrução Normativa, mantendo-a atualizada;

II – exercer o acompanhamento sobre a efetiva observância das Instruções Normativas a que o Sistema de Convênios e Consórcios esteja sujeito;

III – promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a UCCI, para definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem



CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL PEDRO CANARIO- ES SISTEMA DE CONTROLE INTERNO



ser objeto de alteração, atualização ou expansão, visando constante aprimoramento das Instruções Normativas;

IV – manter a Instrução Normativa à disposição de todos os servidores envolvidos, zelando pelo fiel cumprimento da mesma.

5.2. São responsabilidades das Unidades Executoras:

I – atender às solicitações do Responsável pelo Sistema de Convênios e Consórcios, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de atualização;

II – alertar o Responsável pelo Sistema de Convênios e Consórcios sobre as alterações que se fizerem necessárias nos procedimentos de trabalho, objetivando a sua otimização, tendo em vista, principalmente, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;

III – cumprir fielmente as determinações desta Instrução Normativa;

IV – manter a Instrução Normativa à disposição de todos os servidores da Unidade, zelando pelo fiel cumprimento da mesma.

5.3. São responsabilidades da Unidade Central de Controle Interno:

I – prestar apoio técnico por ocasião das atualizações de Instrução Normativa, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;

II – acompanhar o desenvolvimento das atividades desenvolvidas pela Unidade Executora, através do cumprimento das determinações desta Instrução Normativa;

III – através da atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes ao SCV, propondo alterações na Instrução Normativa para aprimoramento dos controles.

6. DOS PROCEDIMENTOS:

6.1. DO CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO PARA PARCERIAS

6.1.1. Para a formalização termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação, é obrigatória a solicitação de credenciamento devidamente protocolada e habilitação das organizações da sociedade civil, mediante a apresentação dos



**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL
PEDRO CANARIO- ES
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**



seguintes documentos:

I – ofício de encaminhamento do conveniente;

II – cópia do documento de identidade, do CPF e comprovante de residência do dirigente da entidade;

III – termo de abertura de conta/extrato zerado de conta específica para o convênio;

IV – comprovante de inscrição no CNPJ;

V – cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria da entidade ou ato de designação, acompanhada do regimento interno ou estatuto social devidamente registrado em cartório, cujo objeto demonstre compatibilidade com o interesse público, e que seus membros da diretoria não percebam qualquer espécie de remuneração;

VI – razões que justifiquem a formalização do termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação, principalmente no que diz respeito ao interesse público;

VII – certidão de regularidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da união, abrangendo as contribuições sociais;

VIII – certidão de regularidade quanto ao depósito das parcelas do fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS;

IX – certidão de regularidade fiscal emitida pela fazenda pública estadual;

X – certidão de regularidade fiscal emitida pela fazenda pública municipal;

XI – certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT;

XII – declaração em atendimento às vedações previstas no art. 39 da Lei 13.019/2014;

XIII – declaração de adimplência com o poder público;

XIV – declaração de abertura de conta corrente específica;

XV – declaração da autoridade máxima da organização da sociedade civil informando que nenhum dos dirigentes da entidade é membro de poder ou do



CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL PEDRO CANARIO- ES SISTEMA DE CONTROLE INTERNO



ministério público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, quando for o caso.

6.1.2. A Secretaria gestora dos recursos encaminhará relatório à Gerência de Convênios, que emitirá uma certidão com a titulação abaixo, que comprovará ou não a condição de habilitação do proponente junto a qualquer órgão ou entidade da administração pública estadual, cuja validade estará vinculada ao vencimento da documentação apresentada e da situação de prestações de contas de recursos recebidos anteriormente:

I – a Habilitação Plena se efetivará com o credenciamento do proponente, entrega da documentação institucional e de regularidade fiscal, validação pela Secretaria gestora dos recursos e registro na Gerência de Convênios;

II – a Habilitação Parcial será disponibilizada quando a organização da sociedade civil tiver qualquer documento institucional não apresentado ou com validade vencida, o que impedirá a assinatura de parceria ou termo aditivo.

A documentação deverá ser atualizada pelo interessado quando de seu vencimento ou quando ocorrer alteração em relação ao proponente ou a seu representante, endereço, ou outra alteração de qualquer natureza, sendo fator impeditivo para a celebração de parceria no âmbito do Estado quando a documentação estiver vencida.

6.2. DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

6.2.1. Fica instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse Social (PMIS) como instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas à Administração Pública, direta e indireta, para que esta avalie a possibilidade de realização de um chamamento público para a celebração de parceria.

6.2.2. A proposta deverá ser enviada para a secretaria gestora dos recursos, no período de 1º de janeiro a 30 de abril do ano corrente e atender aos seguintes requisitos:

I – identificação do subscritor da proposta, por meio de cópia do documento de identidade, se pessoa natural, e documentação que comprove a representação da pessoa jurídica;



CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL PEDRO CANARIO- ES SISTEMA DE CONTROLE INTERNO



II – indicação do interesse público envolvido;

III – diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

6.2.3. As propostas apresentadas fora do prazo estabelecido no caput serão consideradas no exercício financeiro seguinte.

6.3. DO PLANO DE TRABALHO

6.3.1. Deverá constar do plano de trabalho de parcerias celebradas, no mínimo:

I – o nome do projeto;

II – os dados da entidade;

III – histórico da instituição (demonstrativo que a entidade atua na área);

IV – informações gerais do projeto;

V – justificativa (descrição da realidade que será trabalhada pelo projeto; identificação desta realidade com a área geográfica e o público-alvo; problemas e oportunidades que são considerados prioritários, etc.);

V – objetivos gerais e específicos;

VII – metodologia de atendimento;

VIII – orçamento resumido, indicando as receitas e as despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

IX – cronograma de desembolso.

6.4. DO CHAMAMENTO PÚBLICO

6.4.1. Para celebração das parcerias regulamentadas por esta Instrução Normativa, o Município de Pedro Canário, deverá proceder à realização de chamamento público, voltado a selecionar as organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto.



CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL PEDRO CANARIO- ES SISTEMA DE CONTROLE INTERNO



6.4.2. O Município de Pedro Canário deverá divulgar em seu sítio oficial da internet o edital do chamamento público, com antecedência mínima de 30 (trinta dias), onde conste, no mínimo:

I – a programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria;

II – a modalidade de parceria a ser celebrada;

III – o objeto;

IV – as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas;

V – as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;

VI – o valor previsto para a realização do objeto;

VII – as condições para a interposição de recurso administrativo;

VIII – a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria;

IX – designação do gestor da parceria.

6.4.3. Após a publicação do edital, as organizações da sociedade civil interessadas em participar da seleção deverão protocolizar suas propostas junto ao Município, encaminhando à sua solicitação à secretaria gestora dos recursos, dentro do prazo estipulado no edital.

6.5. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

6.5.1. A secretaria gestora dos recursos, responsável pelo chamamento público, nomeará previamente uma comissão de seleção para processar e julgar o chamamento público, designada por portaria e publicada no Órgão Oficial do Município.

6.5.1.1. A Comissão de Seleção será composta por, no mínimo, um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública municipal.

6.6. DA SELEÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS



CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL PEDRO CANARIO- ES SISTEMA DE CONTROLE INTERNO



6.6.1 A seleção e o julgamento das propostas serão feitos pela Comissão de Seleção e deverá conter:

I – preenchimento de atas contendo no mínimo as datas e os critérios objetivos de seleção e julgamento das propostas, bem como, a metodologia de pontuação e o peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;

II – justificativa quando ocorrer seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência do chamamento público.

6.6.2. Depois de encerrada a fase de julgamento das propostas apresentadas, o secretário responsável pelo chamamento público homologará e divulgará o resultado do julgamento no sítio oficial do município.

6.6.3. A homologação não gera direito para a organização da sociedade civil à celebração da parceria.

6.7. DA DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

6.7.1. A administração pública municipal poderá dispensar a realização do chamamento público:

I – no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até 180 dias;

II – nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social;

III – quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança;

IV – no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente inscrita no respectivo conselho municipal.

6.7.2. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica.

6.7.3. A ausência de realização de chamamento público será detalhadamente justificada pela autoridade competente, devendo constar necessariamente dos



**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL
PEDRO CANARIO- ES
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**



autos:

I – a justificativa e a situação fática que caracterize a dispensa ou inexigibilidade;

II – razão da escolha da OSC;

III – a comprovação de atendimento pela OSC de todos os requisitos de habilitação.

IV – compete a unidade gestora da parceria a análise e emissão de parecer acerca do plano de trabalho, requerendo, quando necessário, complementação de documentos e ajustes no plano de trabalho.

6.7.4. A justificativa para a dispensa ou inexigibilidade do chamamento deverá ser ratificada pelo Chefe do Poder Executivo e publicada no sítio oficial do Município, a fim de garantir ampla e efetiva transparência.

6.8. DA CELEBRAÇÃO E DA EXECUÇÃO DAS PARCERIAS

6.8.1. DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO E DO TERMO DE FOMENTO

6.8.1.1. A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública municipal:

I – realização de chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas nesta instrução normativa;

II – indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria;

III – demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

IV – aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos desta instrução normativa;

V – parecer jurídico, que deverá pronunciar-se, de forma expressa sobre o mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada, bem como da viabilidade de sua execução.



CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL PEDRO CANARIO- ES SISTEMA DE CONTROLE INTERNO



6.8.1.1. A celebração e a formalização do termo de colaboração, do termo de fomento e do acordo de cooperação dependerão da apresentação, pela organização da sociedade civil, dos seguintes documentos relativos às parcerias, os quais deverão ser anexados ao processo:

I – plano de trabalho;

II – projeto básico da obra ou serviço de engenharia, definidos em legislação específica, em conformidade com a área demandada, se for o caso;

III – termo de referência, quando o objeto da parceria envolver aquisição de bens ou prestação de serviços;

IV – licenças ambientais ou dispensa delas, no caso de obras;

V – comprovante de experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, pela organização da sociedade civil;

VI – comprovante de que a organização da sociedade civil possui instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

VII – cópia do certificado de propriedade do imóvel, em nome da organização da sociedade civil, devidamente registrado no cartório de imóveis, se for o caso de obra.

6.8.1.2. O termo de fomento, o termo de colaboração e o acordo de cooperação somente produzirão efeitos jurídicos após a publicação dos respectivos extratos no Órgão Oficial do Município.

6.8.2. DA ASSINATURA

6.8.2.1. Atendidas às exigências previstas no item anterior, o Termo de Colaboração ou o Termo de Fomento, conterà, no mínimo, as seguintes informações:

I – número do instrumento, em ordem sequencial;

II – razão social, CNPJ e endereço da entidade que esteja firmando o instrumento, bem como a respectiva natureza jurídica;



**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL
PEDRO CANARIO- ES
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**



III – nome completo, endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e o CPF dos respectivos titulares das entidades partícipes do ato de transferência voluntária, ou daqueles que estiverem atuando por delegação de competência;

IV – o objeto, com a descrição detalhada, objetiva, clara e precisa do que se pretendem realizar ou obter, em consonância com o Plano de Trabalho;

V – o valor do repasse e da correspondente contrapartida, quando houver, depositados na conta corrente específica de movimentação dos recursos e a obrigação de cada um dos partícipes, inclusive quanto ao pagamento de encargos sociais e da regularidade da obra, quando tratar-se de execução de obras ou benfeitorias em imóvel;

VI – a vigência da parceria;

VII – a classificação econômica da despesa, de acordo com a classificação das despesas orçamentárias, em conformidade ao ato normativo do Poder Executivo;

VIII – a forma de liberação de recursos, obedecendo ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho;

IX – a obrigatoriedade da entidade conveniente de apresentar relatórios da execução do objeto ao concedente, bem como de prestar contas dos recursos recebidos, no prazo e forma estabelecidos;

X – a definição do direito de propriedade dos bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do instrumento e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos, respeitado o disposto na legislação pertinente;

XI – a obrigatoriedade de restituição de eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos da aplicação financeira ao Município, quando não utilizado no objeto do mesmo até a data de conclusão ou extinção da parceria;

XII – a garantia do livre acesso dos membros dos órgãos de controle do Município, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria;

XIII – designação de fiscal para acompanhar a execução da parceria.



CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL PEDRO CANARIO- ES SISTEMA DE CONTROLE INTERNO



6.8.2.2. Assinarão o Termo de Colaboração ou o Termo de Fomento, obrigatoriamente, todos os partícipes, duas testemunhas devidamente qualificadas, inclusive o interveniente, se houver.

6.8.2.3. A eficácia do ato e seus aditivos, independentemente de seu valor, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Órgão Oficial do Município, no prazo de 10 (dez) dias contados de sua assinatura, que será providenciada pelo Concedente.

6.8.3. DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS

6.8.3.1. Os recursos serão liberados pelo Município conforme disponibilidade de caixa e em estrita conformidade com o Plano de aplicação aprovado, devendo ocorrer em conta corrente da Entidade, com finalidade específica da movimentação dos recursos da parceria.

6.8.3.2. Os recursos transferidos serão mantidos pela OSC em instituição financeira oficial, em caderneta de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, e em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou ainda em operação de mercado aberto lastreada em título de dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

6.8.4. DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

6.8.4.1. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica em instituição financeira pública.

6.8.4.1.1. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

6.8.4.2. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública estadual.

6.9. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS



CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL PEDRO CANÁRIO- ES SISTEMA DE CONTROLE INTERNO



6.9.1. A OSC que receber recursos, na forma estabelecida nesta Instrução Normativa, ficará sujeito a apresentar ao Município de Pedro Canário a prestação de contas do total dos recursos recebidos, da respectiva contrapartida e da aplicação financeira, se for o caso.

6.9.2. A prestação de contas será composta da seguinte documentação:

I – ofício de encaminhamento;

II – relatório da execução da Receita e da Despesa;

III – relação de Pagamentos (nome do fornecedor, CNPJ, nota fiscal, data da nota, data e número do cheque e valor);

IV – conciliação Bancária, mesmo quando o saldo for zero;

V – Cópia do termo de aceitação definitiva da obra ou serviço de engenharia, quando for o caso de obras, atestado pelo engenheiro responsável;

VI – cópia de Notas Fiscais, com Certidões do FGTS e INSS do fornecedor, quando for o caso. Em caso de pagamento a pessoa física, poderá ser apresentado recibo de pagamento, desde que contenha as informações da entidade (nome, CNPJ, endereço), os dados da pessoa física (nome, endereço, CPF), o tipo de serviço prestado com o respectivo valor, a data de emissão e a assinatura das partes;

VII – extrato mensal da conta bancária do período;

VIII – relatório de cumprimento do objeto, onde deverá conter, no mínimo as seguintes informações: quantidade de pessoas atendidas e faixa etária, relatório fotográfico das atividades desenvolvidas, benefícios alcançados e dificuldades encontradas.

6.9.2.1. Para a prestação de contas parcial, deverão ser apresentados os documentos listados nos itens I a VII.

6.9.3. A prestação de contas será apresentada ao Município em até 30 (trinta) dias após o vencimento do prazo previsto para a aplicação da última parcela transferida ou para o cumprimento total das obrigações pactuadas.

6.9.4. O processo de prestação de contas dos recursos deverá ser encaminhado, através de ofício, ao Município pelo protocolo, que submeterá o mesmo a uma análise de conformidade pela Gerência de Convênios, que verificará se toda a



CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL PEDRO CANARIO- ES SISTEMA DE CONTROLE INTERNO



documentação foi apresentada, bem como se o objeto da parceria foi executado conforme o Plano de Trabalho.

6.9.5. Caso houver rejeição, a Gerência de Convênios notificará a OSC para a regularização, tomando as medidas cabíveis para tal.

6.9.6. Caso a documentação esteja regular, a Gerência de Convênios comunicará a aprovação ao Setor contábil, que providenciará a liquidação da parcela subsequente, se houver;

6.9.7. O Município adotará medidas saneadoras e judiciais cabíveis à má utilização dos recursos públicos por parte da Entidade que receber o recurso, exigindo, quando for o caso, a devolução do valor corrigido ao Erário Municipal.

6.10. DAS VEDAÇÕES

6.10.1. Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta instrução normativa a organização da sociedade civil que:

I – não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional.

II – esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada.

III – tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública estadual, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV – tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública municipal nos últimos 03 (três) anos.

6.11. DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

6.11.1. O município deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento.

6.11.2. A organização da sociedade civil deverá divulgar na internet ou em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública estadual.



CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL PEDRO CANARIO- ES SISTEMA DE CONTROLE INTERNO



6.11.2.1. As informações de que tratam os Art. 44 e 45 deverão incluir, no mínimo:

I – data de assinatura e identificação do instrumento de parceria;

II – nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

III – descrição do objeto da parceria;

IV – valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

V – situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo.

7 – DISPOSIÇÕES FINAIS:

7.1. Nenhuma parceria será celebrada sem o atendimento a esta Instrução Normativa.

7.2. Não se aplicam as exigências desta Instrução Normativa aos instrumentos celebrados anteriormente a data de sua publicação, devendo ser observadas, neste caso, as prescrições normativas vigentes à época de sua celebração.

7.3. Aplicam-se as disposições desta Instrução Normativa, no que couber, às cessões de uso e outros instrumentos congêneres celebrados pelo Município.

7.4. A Controladoria Geral do Município, através de procedimentos de auditoria interna, aferirá a fiel observância de seus dispositivos a serem cumpridos pela Unidade Responsável e pelas Unidades Executoras da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal e Autarquias.

7.5. A inobservância das normas estabelecidas nesta Instrução Normativa pelos agentes públicos acarretará instauração de processo administrativo para apurar responsabilidade, conforme rege o Estatuto do Servidor Público Municipal e demais sanções previstas na legislação pertinente à matéria em vigor.

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

8.1. Esclarecimentos adicionais a respeito da matéria poderão ser obtidos, junto a Gerência de Convênios, a quem compete orientar todos os envolvidos, e ainda por



**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL
PEDRO CANARIO- ES
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**



meio de pesquisas, consulta à legislação, bem como à equipe da Unidade de Coordenação de Controle Interno.

8.2. Os casos não previstos nesta Instrução Normativa deverão ser dirimidos pela Gerência de Convênios.

8.3. Integram-se esta Instrução Normativa os seguintes anexos:

- a) **ANEXO I** – Modelo do Plano de Trabalho;
- b) **ANEXO II** – Modelo de Relatório de Execução da Receita e Despesa;
- c) **ANEXO III** – Modelo de Relação de Pagamentos;
- d) **ANEXO IV** – Modelo de Conciliação Bancária;
- e) **ANEXO V** – Modelo de recibo;
- f) **ANEXO VI** – Modelo de Declaração de Atendimento às vedações previstas no Art. 39 da Lei 13.019/2014;
- g) **ANEXO VII** – Modelo de Declaração de Adimplência com o Poder Público;
- h) **ANEXO VIII** – Modelo de Declaração de abertura de conta corrente específica;
- i) **ANEXO IX** – Modelo de Declaração de Parentesco.

8.4. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.



CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL PEDRO CANARIO- ES SISTEMA DE CONTROLE INTERNO



ANEXO I – Modelo do Plano de Trabalho

(Inserir logotipo da OSC)

PLANO DE TRABALHO

1 – NOME DO PROJETO		
2 – DADOS CADASTRAIS		
Entidade Proponente:	CNPJ:	
Endereço:	Tel.:	
Cidade:	CEP:	
Endereço eletrônico (e-mail)	Site	
3 – DADOS DO DIRIGENTE		
Nome do Responsável:	CPF:	
C.I. / Órgão Exp.:	Cargo:	
Endereço:	CEP:	
Endereço eletrônico (e-mail):	Mandato	
	Início	Término
4 – HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO (demonstrativo que a entidade atua na área)		
Possui inscrição em algum Conselho Municipal? Sim Não		
Nome do Conselho:		
Nº do registro:		
Deve ser apresentada junto ao Plano de Trabalho cópia do registro no Conselho Municipal		
5 – DESCRIÇÃO DO PROJETO		
Identificação do Objeto:	Período da Execução	
	Início:	Término:
Justificativa da Proposição:		
Objetivo Geral:		
Objetivos Específicos:		
Metodologia de atendimento:		
Público alvo:		
Metodologia de avaliação:		
6 - ORÇAMENTO RESUMIDO		
Natureza da Despesa	Município	Proponente



**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL
PEDRO CANÁRIO- ES
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**



Código	Especificação	(concedente)	(contrapartida)	
3.3.50.43				
Total Geral				

7 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Concedente						
Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Meta	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

Proponente (contrapartida)						
Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Meta	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

8 – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao **Município de Pedro Canário/ES** para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito, em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidades da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Município Santo, na forma deste Plano de Trabalho.

Pede deferimento,

Local e Data

Proponente (Carimbo/assinatura)

9 – APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

_____	_____
Local e Data	Concedente (carimbo/assinatura)



**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL
PEDRO CANÁRIO- ES
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**



ANEXO II – Modelo de Relatório de Execução da Receita e Despesa

(Inserir logotipo da OSC)

EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA			
Executor		Convênio nº	
Receita		Despesa	
Valores recebidos inclusive rendimentos		Despesas realizadas conforme relação de pagamentos	
Discriminar		Saldo (recolhido / a recolher)	
Total		Total	
Executor		Responsável pela Execução	
Carimbo e Assinatura		Carimbo e Assinatura	



**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL
PEDRO CANARIO- ES
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**



ANEXO III – Modelo de Relação de Pagamentos

(Inserir logotipo da OSC)

Recursos: 1 - Concedente 2 - Executor 3 - Outros		Unidade Executora				Termo de Fomento/ Colaboração nº		
Rec	Item	Credor	CNPJ / CPF	CH / OB	Data	TR. Crédito	Data	Valor
Total								
Unidade Executora				Responsável pela Execução				
Carimbo e Assinatura				Carimbo e Assinatura				



**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL
PEDRO CANARIO- ES
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**



ANEXO VI – Modelo de Declaração de Atendimento às vedações previstas no Art. 39 da Lei 13.019/2014

(Inserir logotipo da OSC)

DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AS VEDAÇÕES PREVISTAS NO ART. 39 DA LEI 13.019/2014.

Declaro para os devidos fins junto ao Município de Pedro Canário, que não integram a respectiva diretoria, dirigentes cujas vedações estão previstas no artigo 39 da Lei Federal 13.019/2014.

Local, ____ de _____ de 20XX.

Assinatura do Representante Legal da OSC



**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL
PEDRO CANARIO- ES
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**



ANEXO VII – Modelo de Declaração de Adimplência com o Poder Público

(Inserir logotipo da OSC)

DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA COM O PODER PÚBLICO

Eu, _____, brasileiro (a), portador (a) da
CI N° _____, e CPF N° _____,
residente e domiciliado à Rua/Av. _____,
representante legal da Organização da Sociedade Civil, declaro para os
devidos fins junto ao Município de Pedro Canário, sob penas previstas no
Artigo 299 do Código Penal que a Organização da Sociedade Civil,
denominada de _____,
não se encontra em nenhuma das situações de impedimento dispostas no Art.
39 da Lei n° 13.019/2014.

Local, ____ de _____ de 20XX.

Assinatura do Representante Legal da OSC



**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL
PEDRO CANÁRIO- ES
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**



ANEXO VIII – Modelo de Declaração de abertura de conta corrente específica

(Inserir logotipo da OSC)

DECLARAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA CORRENTE ESPECÍFICA

Declaro para os fins de assinatura de Termo de Fomento/colaboração junto ao Município de Pedro Canário, que foi aberta na data de ___/___/___ a conta bancária nº. _____, na Agência nº. _____, do Banco _____, com o nome de _____, e que a mesma será de uso exclusivo para a movimentação de recursos oriundos do referido termo de fomento/colaboração.

Local, ___ de _____ de 20XX.

Assinatura do Representante Legal da OSC



**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL
PEDRO CANÁRIO- ES
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**



ANEXO IX – Modelo de Declaração de Parentesco

(Inserir logotipo da OSC)

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Eu, _____, brasileiro (a), portador (a) da CI Nº. _____, e CPF Nº. _____, residente _____ e domiciliado _____ à Rua/Av. _____, representante legal da Organização da Sociedade Civil, declaro para os devidos fins junto ao Município de Pedro Canário, sob penas previstas no Artigo 299 do Código Penal que nenhum dos dirigentes da Organização da Sociedade Civil, denominada de _____ é membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Local, _____ de _____ de 20XX.

Assinatura do Representante Legal da OSC